



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N. ° 01/2006

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2006

INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS e 50 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA.....	05
- ORDEM DO DIA.....	08
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	19
- ENCERRAMENTO.....	19

ACTA N.º 01/2006**ABERTURA**

Aos três dias do mês de Março de dois mil e seis, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua Conde da Ericeira, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - 1.^a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2006 da Câmara Municipal da Covilhã;
- 2.3** - Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal da Covilhã;
- 2.4** - Isenção de Taxas para Investidores nos Parques Industriais;
- 2.5** - Alteração de Limites do Parque Natural da Serra da Estrela - Proposta do PNSE;
- 2.6** - Eleição dos Membros Representantes da Assembleia Municipal da Covilhã para a Assembleia da Comunidade Urbana das Beiras - COMURBEIRAS.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Carlos Alberto Matos Mendes. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Carlos Manuel Esteves de Sousa, D. Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria de Fátima Teresa Paiva, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dra. Maria da Ascensão Albuquerque Amaral Figueiredo Simões, Dr. Domingos Sousa Beato, Prof. João Manuel da Costa Correia, Dr. José Curto Pereirinha, Abel Fernando Pereira Cardoso, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, João Manuel Barqueiro Lanzinha, Pedro Nuno Cunha Leitão, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Dr. Ricardo Emanuel Proença Abreu, Dr. José Simões Soares, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, José Manuel dos Santos Santarém, José Marques Pereira Martins, Dr. José Serra dos Reis, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. José Flávio Martins, Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Isilda da Silva Barata, Eng.º Francisco José Puebla Simões, Dr. Carlos José Jesus Duarte Mineiro, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Luís Filipe de Matos Pais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos de Aldeia de S. Francisco de Assis, João Luís Martins Gomes de Aldeia de Souto, Jerónimo Carvalho Barata do Barco, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida de Boidobra, José Manuel Escodenga Nunes do Canhoso, José Martins Carrola de Cantar - Galo, António Geraldês Ramos de Casegas, Paulo Jorge Alves Rodrigues de Cortes do Meio, Carlos Francisco da Coutada, António Manuel Garcia Rebordão de Santa Maria, Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira de São Martinho, Victor Manuel Garcia Rebordão de São Pedro, D. Maria Esmeralda Simões Santos Varandas do Dominguiso, Enf. António Mendes Paulo da Erada, Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais do Ferro, António Canário Marques da Silva de Orjais, Joaquim Carvalheiro dos Santos do Ourondo, Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano do Paul, José do Nascimento Curto Costa de Peraboa, Fernando José Gonçalves Casteleira do Peso, Fausto Herculano Branco Baptista de S. Jorge da Beira, José Rafael Lourenço Ferreira do Sarzedo, Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva de Sobral de S. Miguel, Carlos Alberto Matos Mendes do Teixoso, Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira do Tortosendo, Enf. António João dos Reis Rodrigues de Unhais da Serra, Arménio Marques Matias de Vale Formoso, João Casteleira Ferreira de Vales do Rio, Armindo Fonseca Geraldês Rosa de Verdelhos e Júlio Morgado Durão Gomes de Vila do Carvalho. -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **João Manuel Pinto e Carlos do Carmo Martins da Conceição.** -----

Verificada a existência de “quorum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. José Armando Serra dos Reis, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Chefe de Secção Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

- Ofício n.º 300536/SCS/2006 da Direcção Regional de Economia do Centro a enviar pareceres sobre a instalação de um Estabelecimento de Comércio a Retalho;
- Ofício n.º 598/05 do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, referente à transformação dos SMAS em Empresa Municipal;
- Ofício n.º 142631/X do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, a enviar transcrição do debate, realizado na Assembleia da República, sobre a Cessação da admissão das candidaturas às ajudas previstas no Regulamento de Aplicação da Intervenção “Medidas Agro Ambientais” e no Regulamento de Aplicação dos Planos Zonais;
- Ofício n.º 674 da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, a informar que foi dado conhecimento da “Moção sobre a Proposta de Orçamento de Estado para 2006” a todos os Grupos Parlamentares;
- Ofício n.º 13 do Gabinete do Primeiro Ministro, a informar que foi prestada a devida atenção à “Moção sobre a Proposta de Orçamento de Estado para 2006” ;
- Ofício n.º 5 da Assembleia Municipal de Penamacor, a enviar cópia de Moção, que aprovaram, referente ao Encerramento de algumas Escolas do 1.º Ciclo;
- Ofício n.º 9 da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, a enviar cópia de Moção, que aprovaram, referente à Extinção da COMURBEIRAS;
- Ofício Circ. n.º 4/2006-LP da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a enviar o Ante Projecto do Programa dos XXIII Estados Gerais do Concelho dos Municípios e Regiões da Europa (Innsbruck, Região de Tirol, Áustria).

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS: N.º 05 e 06, DAS SESSÕES DE 03 e 17 de DEZEMBRO DE 2004; N.º 01, 02, 04 e 01-A DAS SESSÕES DE 25 DE FEVEREIRO, 06 DE MAIO, 14 DE OUTUBRO E 09 DE NOVEMBRO DE 2005

--- Submetidas as actas, previamente enviadas por fotocópia a todos os membros convocados, à apreciação, como ninguém manifestasse o desejo de se pronunciar sobre elas, foram de seguida postas à votação, tendo sido aprovadas, por maioria, com uma abstenção, as N.º 05, 06, 01, 02 e 04 e por unanimidade a N.º 01-A. -----

INTERVENÇÕES

--- A Senhora Dra. Maria do Rosário, começou por dizer: “Antes de mais, eu queria congratular-me com a presença do Senhor Dr. Carlos Abreu, nesta Assembleia, e desejar-lhe, sinceramente, que estejam ultrapassados todos os problemas que o impediram de estar aqui”.

Apresentou de seguida uma Proposta de Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Dr. João António Morais Leitão **(doc.1)**. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata, apresentou uma Proposta de Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Dr. João António Morais Leitão **(doc.2)**. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa, disse: “Temos dois Votos de Pesar que traduzem o mesmo sentimento, pelo que eu proponha que fossem votados em conjunto, se as Senhoras proponentes não vissem inconveniente, como um voto apresentado pela Assembleia Municipal”. -----

--- Não havendo objecção, colocada a Proposta à votação, foi **aprovado por unanimidade um voto de pesar e um minuto de silêncio, em memória do Senhor Dr. João Manuel Morais Leitão**. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael, congratulou-se, também, com a presença do Senhor Dr. Carlos Abreu e apresentou três Recomendações à Câmara Municipal, referentes a: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens **(doc. 3)**; Gestão Territorial **(doc. 4)** e Micro Empresas **(doc. 5)**. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia, associou-se aos votos, já formulados, e manifestou o seu regozijo por ver novamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal na condução dos trabalhos.

Apresentou duas Moções referentes: à DRABI **(doc.6)** e Serviços de informação nas Autarquias **(doc. 7)**. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “Senhor Prof. João Correia, ouvi com agrado a sua intervenção e, de facto, a rapidez com que passou por uma critica, que parece-me, que está explícita mais do que implícita e, enfim, eu gostei dela. O que lhe queria perguntar é o seguinte: se por um lado eu entendo que a defesa “à outrance”, ou não, do Instituto Regional que é, naturalmente, dirigido pelo Partido Socialista, lhe fica bem, que é natural, está a defender a própria “baliza”. Não vejo nisso qualquer reparo mas, quero reparar e quero reparar aos Senhores Deputados que o Senhor Deputado João Correia, com as responsabilidades que tem na bancada do PS, acaba de fazer uma quase violenta critica ao Governo, nomeadamente, naquilo que se pressupõe que o Governo no seu “offhand” reformista quer fazer, nomeadamente, no que concerne à modificação ou/e extinção de Serviços Regionais. Bom, daqui das duas uma, ou a Bancada Socialista, de facto, está a criticar o seu próprio Governo, o que quanto a mim não vem mal nenhum ao mundo, ou de forma, digamos, ambígua está apenas humildemente a dizer que talvez as coisas não sejam assim.

Meus Senhores, vamos ser claros. Vamos perguntar-vos se quereis ou não que esse espirito “offhand” reformista do Governo, se estenda, também, a outros Institutos

Regionais? Ou, se esta Bancada estará sempre disposta a rejeitar, liminarmente, propostas governamentais que tenham em vista a extinção de Institutos Regionais e, sobretudo, ou digamos que “dar o flanco” à tristeza da interioridade, à luta contra a descentralização e se de facto vós estais dispostos, ou não, a lutar ao nosso lado contra este tipo de reformas que às vezes podem levar demasiadamente longe aquilo que já é, de facto, o esquecimento do interior?”. -----

--- O Senhor Dr. Carlos Gil, perguntou se admitem a criação de uma estrutura sediada em Castelo Branco? Afirmando de seguida que: “o admitir uma estrutura diferente, a ser sediada em Castelo Branco, está implícito que admitem a extinção dos actuais serviços. Disse que estão de acordo com a Moção se, for “no sentido de impedir que a Direcção Regional da Agricultura da Beira Interior seja extinta e substituída por outro Organismo seja ele qual for”. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia, ao Senhor Prof. Bernardino Gata, disse que não há qualquer tipo de ambiguidades. “Há uma coisa que nós temos, é a capacidade de sermos capazes de fazer uma avaliação, caso a caso, daqueles momentos em que por vezes há valores em que não podemos, totalmente, estar com a aquela que é a posição social do nosso Partido, a nível Nacional, ou do nosso Governo. Nós temos, também, a obrigação de defender a Região”.

Em relação à posição que irá tomar para com a extinção de outros Institutos, disse: “Eu direi, obviamente, que vamos apreciar cada situação de per si, mas a questão de princípio é, e deve ser sempre a defesa mais adequada, mais justa dos interesses da Região”.

Ao Senhor Dr. Carlos Gil, disse: “a questão que apresentou, que me parece interessante e foi, digamos, bastante arguto na sua observação. De facto, reconheço que este tipo de formulação pode induzir essa dúvida, estou disposto a retirar tudo o que diga respeito a soluções alternativas. Ficamos apenas na defesa, para já, da DRABI tal e qual como ela está, para que não haja ambiguidades na posição política dos Eleitos da Assembleia Municipal, penso devem estar de acordo comigo”. -----

--- Posta a Moção de Rejeição pela extinção da **DRABI** à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. José Serra dos Reis, apresentou uma Recomendação referente às instalações da Assembleia Municipal (**doc.7**). -----

--- O Senhor Prof. José Joaquim Almeida – Boidobra, referiu-se ao Encerramento das Escolas (**doc.8**). -----

--- O Senhor José Luís Campos - Aldeia de S. Francisco de Assis, referiu-se às Minas da Panasqueira (**doc.9**). -----

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos, à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a informar foi dada continuação às acções objecto da última informação, que fica a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivada em pasta própria. -

--- O Senhor Dr. Jorge Fael, referiu-se à existência de:

- Inscrições murais da Frente Nacional, em várias zonas da Cidade, e apelou à Câmara Municipal para que as mande apagar;
- Um Painel Publicitário à entrada da Cidade, perguntando qual é o circuito de utilização, uma vez que começou por ser utilizado pelo PSD nas Autárquicas, de seguida foi utilizado nas Presidenciais e agora pela Câmara Municipal de Pinhel a publicitar uma feira nesse Concelho;
- Placas na Calçadas Alta, e perguntou para quando o inicio das obras? -----

--- O Senhor Prof. José Joaquim Pinto, referiu-se a obras que estariam já na fase de adjudicação, nomeadamente a Variante à Boidobra, perguntando qual o “futuro destas obras que já vinham de vários planos de actividades e que de uma hora para a outra sem explicação à População foram retiradas do conjunto de intenções da Câmara Municipal”? -----

--- O Senhor Hélio Fazendeiro, perguntou para quando é que a Câmara Municipal da Covilhã prevê a Constituição do Conselho da Juventude, a realização e a elaboração da Carta Educativa do Concelho e a instalação do Conselho Municipal de Educação, porque tiveram conhecimento de que as Câmaras Municipais que tiverem as Cartas Educativas aprovadas até Abril se poderão candidatar a fundos para recuperação do seu Parque Escolar. -----

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis, colocou diversas questões referentes à deslocação do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã ao Brasil (**doc. 15**). -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia, referiu-se à falta de estruturas em algumas Escolas, nomeadamente cantinas e pavilhões de actividades. De seguida, perguntou quais as razões que motivaram o atraso no ensino do Inglês e quais os montantes já recebidos pela Câmara Municipal para a sua implementação,

quantos Professores estão colocados, quantos falta colocar, quantas crianças do ensino básico já usufruem de refeição? -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, respondeu às questões colocadas, dizendo:

- A Beiraltin preocupa-nos tanto quanto à iminência do seu encerramento como quanto às questões ambientais. A Empresa tem que se mostrar aberta ao diálogo que permita ver como é que alguma da boa situação que tem pode reverter para benefício da Comunidade e da questão ambiental.
- As obras suspensas pela Câmara, nomeadamente a Variante à Boidobra, são obras que não têm, neste momento, sustentáculo financeiro por exaustão dos fundos comunitários. São obras a que o Governo virou costas por não assinar contratos programa.
Espero que a partir de 01 Janeiro de 2007 todas estas obras sejam lançadas.
- Vir alguém do Partido Socialista falar sobre Educação, é uma espécie de auto flagelação! Quando se anunciam Escolas a fechar, quando se anunciam Jardins-de-Infância é para fechar.
Cartas Educativas sobre Escolas, que estão feitas e agora querem que se fechem, sobre Jardins de Infância, que foram financiados há dois três anos pelo Estado Português, e que agora nos dizem que devem fechar, sobre recursos aplicados pelas Câmaras Municipais na Rede de Jardins de Infância a 100% e que nos dizem que querem fechar.
No que respeita ao encerramento de Jardins-de-Infância, a Câmara da Covilhã tomou uma atitude e disse nem que haja apenas uma criança o Jardim-de-Infância não fecha.
Os Senhores virem aqui a falar porque é que a Câmara não fez a Carta Educativa, porque é que não criou o Conselho Municipal, porque é que não sei quê? É propaganda para tentar responder publicamente ao incómodo que está na População.
- Salas quantas? Inglês quantos? O Inglês está em funcionamento.
- Inscrições murais é matéria sobre a qual ouvi aqui falar com propriedade, sobre isso, não tenho grandes qualificações.
- Sobre a Calçada Alta a única coisa nova é que já foi adjudicado o primeiro troço de 50m. Foi adjudicado a semana passada, em relação às restantes estamos em processo de expropriação por utilidade pública.
- Quanto à matéria de cartazes, como normalmente a Bancada que colocou aqui o problema, acaba por colocar aqui os problemas e depois manda-os para o IGAT, nós depois respondemos ao IGAT. Porque, aí fica tudo formalizado e sem duvida nenhuma resolve-se o problema de vez.
- Em relação à protecção de Menores, estamos absolutamente disponíveis para organizar uma reunião com os paramentos que foram aqui referidos, na medida em que é matéria muito sensível. O posso aqui dizer é que, na Covilhã, no

Concelho da Covilhã, as coisas tem funcionado, enfim, relativamente bem. Estive presente na primeira reunião, deste mandato, em que conseguimos ter a presença do Delegado do Ministério Público, dos Comandantes das Forças de Segurança, da Segurança Social, do Ministério da Saúde e tomamos decisões de reforçar essa Comissão. Queria aqui assegurar que estamos a fazer um trabalho bom, a meu ver, com estruturas próprias, com recursos próprios, afectados a 100%. Estamos disponíveis para nos termos que a Assembleia venha a propor prestarmos outra informação porque acho que é uma matéria extremamente importante e a que temos dado a maior atenção. -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia disse: “Senhor Presidente da Câmara, gostava de perguntar se sente, em boa consciência, que fez tudo o quanto tinha a fazer para a promoção de uma rede escolar, para um ensino básico de qualidade e se acha que é intenção do grupo parlamentar do PS, quando vem a esta Assembleia, numa postura de perfeito tom construtivo, sabendo perfeitamente das questões sociais que este tipo de assuntos levanta, apenas fazer uma defesa a “outrance” de posições insustentáveis? Obviamente que não, obviamente que nós sabemos que tem que haver racionalização no ensino, obviamente que sabemos que essa rede de racionalização tem custos humanos que todos lamentamos, provavelmente à luz dessa racionalização poderá haver aqui e ali erros, mas também todos sabemos que ela tinha que ser feita. Quando se diz que uma criança deve ficar numa escola também se está a condena-la a uma espécie de ostracismo pedagógico que eu não consigo compreender como é que ela poderá funcionar no seu desenvolvimento”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva, disse: “Dá a impressão que, por um lado, da Bancada do Partido Socialista, tenta-se aliviar um pouco as decisões do Ministério da Educação, por outro lado também procura-se apontar para o Partido Socialista a responsabilidade em relação à questão da rede escolar. Eu penso que aqui há um pouco de responsabilidade dos dois lados, de um lado a Administração Central que, a régua e esquadro, pretende e coloca a questão do encerramento de alguns estabelecimentos de ensino, do pré-escolar e do 1.º ciclo. Existe responsabilidade da Câmara Municipal porque, de facto, não tem a Carta Educativa e Conselho Municipal a funcionar. Esta é que é a verdade. A Carta Educativa, não é só um nome, faz o planeamento, faz o prognóstico, é que vai dizer quais são os estabelecimentos que vão fechar e aqueles que devem abrir e onde devem abrir. Assistimos, no Concelho da Covilhã, à abertura de várias frentes urbanísticas, à concentração de centenas de pessoas e de famílias em determinados locais da Cidade. Entretanto a rede educativa, quer do pré-escolar, quer do 1.º ciclo, não acompanha a deslocação da População.

O Estado, a Administração Central, possivelmente está a fazer o trabalho deles, estão a dizer, este estabelecimento tem uma criança, é preciso uma Educadora, é preciso uma Auxiliar de Acção Educativa, portanto num equilíbrio de rentabilidade e eficácia do investimento vejam lá se isto é de manter ou não? E a questão foi colocada assim, às Câmaras Municipais, vejam lá e, às Juntas de Freguesia, também foi colocada a questão, recolheu-se a opinião das Juntas de Freguesia, pelo menos no meu Agrupamento.

O Ministério da Educação, fez isto, nós podemos discordar ou não, a verdade é que o Concelho da Covilhã não fez o seu trabalho de casa, que é ter a Carta

Educativa, que é dizer ao Ministério de Educação, não esta é de manter porque estamos a prever nos próximos 10 anos uma afluência de População para essa zona.

A Carta Educativa é necessária, o Conselho Municipal de Educação também é necessário, porque é o fórum, é o local onde se faz essa apreciação, onde de a Carta Educativa é aprovada após um debate, após a participação das Juntas de Freguesia, após a participação das Populações, portanto esse debate tem que ser feito, e é a Câmara Municipal que tem que o fazer não é o Ministério da Educação. -----

- O Senhor Prof. Bernardino Gata disse: “ Não compreendo o mal-estar dentro da bancada do Partido Socialista. O Prof. João Correia, de facto, também não o sonogou. A Bancada “chutou”, perdoem-me a expressão, para o ar, a Carta Educativa. A Carta Educativa é um saco cheio de vento, cheio de coisa nenhuma. O trabalho de casa desta Câmara está feito, no investimento que se fez nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, centenas de milhares de contos. Agora, o Governo vem a dizer que dados os rácios económicos, não queira ter lá alunos. Não se ponha em causa o esforço, gigantesco, que a esta Câmara fez, em todos os sectores que lhe cabem.

A Carta Educativa é conversa. A Câmara o que fez foi cumprir o papel, logisticamente, administrativamente, colocou á disposição os equipamentos e, isso é que tem que ser dito, andou á frente da circunstância. Agora, se o Governo quer, pura e simplesmente, transformar em espaços vagos e indistintos as Escolas de cada Freguesia, isso é outra coisa.

Não me venham “chutar” com uma Carta que não passa de um documento etéreo, porque a Câmara está a fazer toda a cobertura logística, os transportes do 1.º Ciclo e dos Jardins-de-Infância, que eu saiba, fez o papel. Agora vêm-me com a Carta, eu compreendo isso perfeitamente, mas meus Senhores o seu a seu dono”. -----

---- O Senhor Dr. Jorge Fael, disse: “O Senhor Deputado Bernardino Gata não considera com certeza que o PDM é um documento etéreo, pois não?

O Plano Director Municipal não é, com certeza, um documento etéreo. É só para lhe dizer que, o PDM obriga à elaboração da Carta Educativa, no sentido e com orientação que, aqui, o meu Camarada Reis Silva quis dizer.

A questão que eu queria colocar ao Senhor Presidente, ouvi-o falar com todo o interesse na BEIRALTIN e, com aquilo que disse, estou de acordo com a maioria das coisas que aqui referiu, mas eu comecei a puxar pela memória e, sobre esta história dos contratos programa que os Governos em final de ciclo assinam e depois vem outro Executivo esquece-os e os compromissos que assumiu com as Populações, isto é recorrente na nossa História Democrática, a lembrar-me que quando o Morais Sarmento visitou as Minas da Panasqueira veio dizer que tinha garantidos, se a memória não me traí, cerca de vinte cinco milhões de Euros de Fundos Comunitários para a requalificação ambiental do Couto Mineiro. Era bom, o Senhor Presidente, se assim é, e isso foi afirmado com tanta solidez e com tanta garantia na altura pelo candidato Morais Sarmento, creio que na presença do Senhor Presidente da Câmara. O conselho, se me permite, o humilde conselho e sugestão que lhe dava era pôr-se a caminho ver se essa verba está ou não, como na altura foi afirmado, contratualizada em termos de Fundos

Comunitários para a requalificação ambiental do Couto Mineiro porque a mim parece-me que é uma tarefa inadiável e urgente”. -----

--- O Senhor Dr. José Serra, interpolou a Mesa, dizendo: “O Senhor Presidente, não respondeu à pergunta que lhe fizemos, sobre a ida ao Brasil, quer seja por conta da Câmara, quer seja por conta do PARKURBIS, é uma resposta que o Senhor Presidente terá de dar, se não dá, não está a cumprir o regulamento”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse: “O Senhor Presidente, dá as respostas que ele entender, não sou eu que o posso obrigar a dar a resposta que o Senhor quer”. -----

--- O Senhor Hélio Fazendeiro disse: “Senhor Presidente, só para colocar uma questão e fazer um esclarecimento, é com grande espanto, devo confessar, que vejo o desdém e o desprezo que, nomeadamente, a Bancada do Partido Social Democrata, tem para um documento tão importante, do ponto de vista Autárquico, que é a Carta Educativa do Concelho e o Conselho Municipal de Educação.

A bancada, do Partido Socialista, está perfeitamente solidária com aquilo que são as posições do Governo, em matéria de Educação e, tanto quanto fui informado, a questão dos Jardins de Infância não está, nesta altura, em causa, aquilo que está neste momento a ser tratado pelo Governo é a questão do encerramento de algumas Escolas do Ensino Básico, não é o Pré Escolar nem os Jardins de Infância.

Vimos alertar, a Câmara Municipal, é que o Governo tem disponível uma verba para ajudar as Câmaras Municipais na requalificação do seu Parque Escolar, nomeadamente as Escolas do 1.º Ciclo, e a condição para que as Câmaras Municipais se candidatem a esses fundos, é terem a Carta Educativa aprovada, a Câmara Municipal da Covilhã, neste momento, não está em condições de se candidatar.

A Carta Educativa e o Conselho Municipal de Educação servem, precisamente como disse, e muito bem, o Senhor Deputado Reis Silva, para avaliar as necessidades, orientar o crescimento e os recursos da Educação no Concelho. Nós, também, reconhecemos que a Câmara Municipal fez trabalho ao nível da recuperação de algumas Escolas e das Escolas do 1.º Ciclo. Acontece que, possivelmente, algumas dessas obras e dessas verbas foram gastas, se calhar, desnecessariamente, porque não é nesse sentido, que se canaliza o desenvolvimento das Escolas e se orienta o Parque Escolar do nosso Concelho. Daí a necessidade do Conselho Municipal de Educação e da Carta Educativa, que envolve, não só, o Executivo Camarário, os Vereadores, os Professores, os Auxiliares de Educação, os Pais, os Encarregados de Educação, os Presidentes de Junta e os Responsáveis da Direcção Regional da Educação, precisamente para avaliar a realidade no terreno.

Estudos demonstram que o insucesso escolar está directamente relacionado e directamente ligado ao número diminuto de crianças nas escolas”. -----

--- O Senhor Presidente, disse: “Eu chamei a atenção porque considero que, o Partido Socialista, falar da Educação neste momento, no sentido em que tem matérias polémicas a propor ao País, evidentemente que, é uma aventura, mas o que se concluiu aqui é que o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro não percebe

nada do que se trata quando se fala de Carta Educativa, não percebe nada do que estamos a falar quando encerram infra-estruturas do 1.º ciclo e dos Jardins de Infância, de resto é um grande deputado, não percebe nada disto mas é um grande deputado.

O que está aqui em causa são documentos que se põe nas câmaras e nas juntas de freguesia com uma relação imensa, no nosso Concelho, de Jardins de Infância, se calhar fui eu que os inventei, há lá uma carta com um título, um cabeçalho, da Direcção Regional da Educação, fui eu que o inventei, dizendo que se prevê e que não sei que mais, qual é a opinião da Câmara? E agora isso não existe, não existe nada, isso é uma mera brincadeira! Quem cria um clima de alarme social, sem ter a mínima ideia do que isso significa?

Outra coisa onde, o Senhor, não percebe nada é quanto aos fundos comunitários e aos apoios. Andam aí, a dar umas voltas pelo País, a falar do cheque que há-de chegar de Bruxelas a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. Já falam, para o tecnológico, para as escolas, para as estradas, há-de chegar!

A Câmara Municipal da Covilhã pode apresentar amanhã candidaturas de meio milhão de contos, para Escolas. Onde é que está o dinheiro? O Senhor quando vier falar venha informado. Onde é que está o recurso? Onde é que estão os despachos? Onde é que estão os ofícios a dizer que, podem apresentar candidaturas, se tiverem a carta e se não houvesse a carta? Qual era o problema? Se as Câmaras, no seu diálogo com as Populações, disserem, as nossas escolas que consideramos fundamentais, mesmo em termos de reafecção, são estas e aquelas e aquelas outras. Onde é que está o reconhecimento do Poder Municipal, afinal de contas? O que é que nós aqui estamos a fazer? Se vêm os Senhores de Lisboa, acolitados pelos governamentais do Concelho da Covilhã, que dizem que os Senhores não percebem nada, porque é a Carta e enquanto lá o Governo discrimina-vos! Não discrimina nada! Porque eu pergunto-lhe, qual é a carta da Guarda? Qual é a carta de Castelo Branco? Qual é a carta? Onde é que têm os recursos para fazer o que quer que seja, compreende? O Senhor devia elogiar é aquilo que já aqui foi dito, nós não andamos a fazer cartas, andamos a fazer escolas! Porque, perante esse princípio não havia uma Escola na Barroca, não havia a recuperação da Escola do Bairro do Rodrigo, que é um modelo, não havia dentro de pouco tempo o alargamento da escola dos Penedos Altos, porque os Senhores diziam que era preciso a carta primeiro, não havia o alargamento da Escola de Santo António não havia a reinstalação de tantas Escolas como houve por esse Concelho. Aliás, aqui há tempos, disse a um seu colega na Câmara Municipal que se isso é tão importante e, o Senhor próprio podia reconhecer a importância, dado que a Câmara não atribui a importância à carta tragam-na os Senhores aqui. Façam o favor. Apresentem-na na Câmara, não estão impedidos, têm gabinetes de estudo a funcionar, certamente, que fará a Carta Educativa. Nós somos humildes para dizer tragam-nos uma proposta vossa, simplesmente, os Senhores, agarram-se a cliques e a slogans pensando que nos iludem.

A falta de consciência social, relativamente, ao sinal que isto dá para a desertificação, acredita-se mais na desertificação, quando se fecha uma Escola do que quando se fecha uma Fábrica! Porque a Fábrica pode ser substituída e a Escola significa que se deu os sinais às novas gerações, que aqui não contem com o ensino, aqui não contem com o ensino, pensem nas freguesias mais próximas, pensem na cidade e depois vem a cadeia de coisas atrás, recuperação

urbana, localização, insistência dos pais em relação aos filhos e aos casais para que fiquem aqui, mas como? Se não temos cá Jardim-de-Infância, mas como? se nos dizem que as escolas agora ainda poderão ter 10 alunos mas quem sabe se amanhã quando nascer o nosso filho ou, quando ele estiver em idade de escola não é só com 30 alunos? Isto é do temas onde o Governo se quiser mexer e tem a legitimidade para o fazer, devia ser exaustivo em reunir com as partes, em vir aos Concelhos, em discutir e não é governamentalmente, os Senhores, estarem aqui a querer defender posições.

É possível fazerem-se reformas, mas não é com este carácter desumano que está a ser feito e foi por isso que eu disse, na Câmara Municipal, que a Câmara não estava disponível para encerrar Jardins-de-Infância, não estava disponível. Estava disponível para assumir os custos, e vamos assumi-los, enquanto eu estiver na Câmara, enquanto esta Câmara tiver a maioria que tem, não vamos deixar encerrar Jardins-de-Infância! Podem ter a certeza!

Isto não tem sentido nenhum, portanto apelo que estas coisas tenham uma postura de interesse do Município, e que nós tenhamos consciência que estamos aqui a tocar em áreas difíceis, são os mesmos, aliás, que estavam na oposição há 1 ano e meio e diziam alto lá querem fechar Maternidades e agora não repudiam a ideia de fechar Maternidades na nossa região? É este jogo duplo que, no concelho da Covilhã, tem dado o resultado em termos de votos. Porque as vossas teses e as nossas são depois confrontadas. Creio que respondi a tudo o que aqui foi trazido”. -----

--- O Senhor Prof. Doutor Correia, disse: “Eu, não gosto de prolongar indefinidamente as discussões, peço desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia que na minha opinião tem estado a conduzir os trabalhos com elevação e, queria apenas dizer uma coisa, francamente gosto pouco da alusão indirecta, o Senhor quando quiser dizer que eu sou um acólito do governo diga assim, o Doutor João Correia é um acolito do governo. Que é para eu lhe poder dizer, também, aquilo que gostaria de dizer, de forma menos correcta. Portanto, fiquemos assentes em que há formas de debate político que eu considero pouco elevadas e essa, que o Senhor utilizou, de alusão indirecta, é uma delas. Quero-lhe dizer, mais também, somos nós, ainda, a decidir quais são os temas que vamos debater aqui. Mais uma vez reafirmo que não sou incondicional da política do Governo da Educação. Já lhe disse, o Senhor, devia ter tido em conta isso, e não insistir nisso, que é uma indelicadeza.

Quero-lhe dizer, outra coisa ainda, o Senhor ainda não provou á Bancada do Partido Socialista e, ainda não provou, a esta Assembleia que a ausência da Carta Educativa não vá ter consequências legais em propostas futuras, porque e o Senhor sabe, tenho a certeza que sabe, porque é uma pessoa informada, que vai.

Queria dizer-lhe, ainda mais uma coisa, Senhor Presidente, com todo o respeito e consideração pela sua pessoa, que relativamente a temas como sensibilidade social e temas sensibilidade patronal, ninguém tem o monopólio de nada”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Queria registar aqui duas coisas, a primeira é que, o Senhor, tem que se habituar a que num debate na Assembleia Municipal, num Parlamento Municipal, o confronto de ideias é de acordo com o

estilo e a substancia que cada um resolve adoptar e, o Senhor não gosta do meu estilo e eu reservo-me o direito de opinião sobre o seu.

Quanto à segunda questão, fundamental, o que estamos aqui a discutir são opções entre aquilo que uma maioria na Câmara Municipal decide fazer e aquilo que os Senhores aqui trazem como propostas, que aos meus olhos e aos de muita gente, já aqui foram referidas outras vezes, é a subscrição só porque o governo é do Partido Socialista. O Senhor não considere que estas palavras, que o Senhor vai ter que se habituar a ouvir durante os próximos 4 anos, não tem alternativa a isso é, o Senhor que tem uma voz livre, é o Senhor ser uma voz livre, meu caro amigo, nesta Assembleia e encontra além naquela maioria que além está a voz livre a responder, sem complexos, o Senhor vai se habituar aqui a ouvir, nesta Assembleia, a denúncia da nossa perspectiva do interesse municipal e a denuncia da vossa perspectiva do inconciliável interesse Municipal com o interesse Governativo, repito aqui o termo, que não é nem mais ou menos ofensivo, de governamental, como oposicionista quando é o caso.

Considero que as vossas posições, no Partido Socialista na Covilhã, neste momento, se identificam com a defesa à “outrance” daquilo que são as teses do Governo esquecendo, a meu ver, os interesses dos cidadãos da Covilhã. Tenha paciência mas tem que ouvir isto”. -----

2.2 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2006 DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Fevereiro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea b), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 1689 de 2006.02.13 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Prof. Reis Silva (**doc.16**), Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc.17**), tendo de seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestado esclarecimentos. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2006 da Câmara Municipal da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria com 49 votos a favor, 01 voto contra e 04 abstenções**. -----

- Foram feitas Declarações de Voto, pelos Membros:

- Senhor Prof. Doutor João Correia, votou a favor (**doc.18**). -----

- Senhor Dr. Jorge Fael: “A Bancada da CDU absteve-se, pelas razões que o meu Camarada Vítor Reis Silva aqui aduziu. Mas, eu queria também nesta Declaração de Voto fazer um forte protesto relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã relativamente à Bancada da CDU. O Senhor Presidente, já

não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que, manifesta um ostensivo desrespeito por esta Assembleia Municipal e em particular pela Bancada da CDU. O Senhor Presidente conhece a Lei das Autarquias, conhece as suas competências provavelmente também como nós conhecemos as nossas competências. O IGAT não é nenhuma estrutura intermédia entre as Bancadas presentes nesta Assembleia Municipal e o Executivo Municipal e, por infelicidade, nem sempre quando nós recorremos ao IGAT o Senhor se digna a responder como deve ser ao IGAT, seria bom que o fizesse mas nem sempre assim é”. -----

2.3 - ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Fevereiro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea o), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 1690 de 2006.02.13 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Dr. Jorge Fael, Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc. 19**), tendo de seguida o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestado esclarecimentos. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria com 52 votos a favor e 01 abstenção**. -----

2.4 - ISENÇÃO DE TAXAS PARA INVESTIDORES NOS PARQUES INDUSTRIAIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Fevereiro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com a alínea h), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 1691 de 2006.02.13 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Membro: Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc. 20**). -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Isenção de Taxas para Investidores nos Parques Industriais***, foi a mesma ***aprovada por maioria com 51 votos a favor e 01 abstenção***. -----

2.5 - ALTERAÇÃO DE LIMITES DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA - PROPOSTA DO PNSE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Janeiro de 2006, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido com o ofício n.º 1959 de 2006.02.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. João Esgalhado, fazendo em simultâneo uma apresentação com “DataShow”, por forma a permitir uma apreciação mais alargada.

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Hélio Fazendeiro, Senhor Dr. Serra dos Reis (***doc. 21***), Senhor Enf. António João Rodrigues – Unhais da Serra (***doc. 22***), Senhor José Rafael Ferreira – Sarzedo (***doc. 23***), Senhor Paulo Rodrigues – Cortes do Meio (***doc. 24***), Senhor Prof. Bernardino Gata (***Moção de Rejeição – doc. 25***).

O Senhor Presidente, da Câmara Municipal, referiu que, o PNSE, com esta proposta está a querer criar paredes limites ao desenvolvimento do Concelho que poderão vir a comprometer os investimentos turísticos na Serra. Assim como, a construção da Barragem e qualquer plano de utilização dos recursos hídricos e eólicos.

“É possível conciliar a conservação da Natureza com as aspirações de desenvolvimento das diversas Freguesias”. -----

--- Posta a ***Moção de Rejeição da Proposta do PNSE – Alteração de Limites do Parque Natural da Serra da Estrela*** à votação, foi a mesma ***aprovada por maioria com 41 votos a favor e 12 abstenções***. -----

- Foram feitas Declarações de Voto, pelos Membros:

- Senhor Pedro Leitão, absteve-se (***doc. 26***). -----

- Senhor Dr. Jorge Fael: “Como já aqui ouvimos esta é uma matéria profundamente complexa. Embora como disse o Vereador do Pelouro, faz sentido ajustar os limites propostos à área abrangida pela REDE NATURA. Mas, ouvimos Freguesias que entram nos limites propostos e discordam; Freguesias cujo território é parcialmente abrangido e afirmam abster-se; e outras que deixam de ser incluídas e nada dizem. Reconhecemos que existem razões válidas que assistem às Populações, sendo que, no caso do Sarzedo, aquilo que nos foi transmitido é que esta proposta procura salvaguardar a bacia hidrográfica do Zêzere e uma zona de alto valor ambiental composta por uma vasta área de Carvalhos.

Todavia, sabemos que demasiadas vezes o ICN/ Parque Natural nem sempre assume o seu papel de mobilizador de vontades em defesa da natureza por contraditório que

possa parecer; impõe-se e proíbe-se sem convencer, sem demonstrar porque vale a pena conservar, preservar e garantir sustentabilidade. Mas também a Câmara não está isenta de erros, tendo frequentemente uma acção muito pouco transparente neste domínio. Importa explicar e ganhar as Populações para a conservação dos valores naturais – para quê, e porquê, são perguntas às quais as Populações deviam ter respostas claras.

Por isso nos abtemos, porque se há dúvidas e também as temos, que sejam clarificadas. Mas não concordamos com a visão maniqueísta do desenvolvimento/ crescimento versus natureza. Pelo que sugerimos a prorrogação do prazo de discussão pública por um prazo não superior a quinze dias no sentido de exigir que o ICN/ PNSE venha ao terreno explicar as propostas para que as Populações sejam ganhas para a conservação da natureza e para que esta não seja vista como um inimigo ou como um custo incomportável, porque isso seria contrariar todo e qualquer objectivo de desenvolvimento sustentável”. -----

- Senhora D. Isilda Barata: “Abstive-me pelas intervenções, anteriores, que manifestaram a falta de diálogo, dos técnicos da Proposta de Alteração, com os Autarcas que Presidem as Freguesias inseridas no PNSE e Câmara Municipal. Mas, na verdade, a nossa Serra, rica em património singular, sobretudo os Vales Glaciares, não pode estar sem regulamento para a sua preservação, bem como para a sua alteração paisagística.

O desenvolvimento económico, pode muito bem viver em harmonia com a Natureza.

Haja sensibilidade para o efeito.

Quando visitamos os Alpes, as Montanhas do Jura, ou, com mais cuidado, os Pirenéus, o seu desenvolvimento não nos fere os olhos.

É necessário que a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Técnicos do PNSE se juntem e façam da nossa Serra o ponto turístico mais bonito de Portugal, beneficiando todos os que cá habitam. Estou de acordo que haja uma acção pedagógica junto das Populações”. -----

- Senhor Prof. Bernardino Gata, votou a favor da Moção de Rejeição. -----

2.6 - ELEIÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ PARA A ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DAS BEIRAS - COMURBEIRAS

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa e informou que, atendendo a que houve eleições, se torna necessário eleger Membros da Assembleia Municipal, para Representantes na Comunidade Urbana das Beiras. Sugerindo que fossem apresentadas Listas. -----

--- Foi apresentada uma Lista pelo Líder da Bancada do PSD, designada pela Letra **A**, indicando como Membros:

EFFECTIVOS

- Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira
- Prof. Bernardino Gata da Silva
- Dr. José Curto Pereirinha

SUPLENTES

- Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito
- Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro
- Dr. Ricardo Emanuel Proença Abreu

--- Submetida a Lista a sufrágio, por escrutínio secreto, foi a mesma **aprovada com 39 votos a favor e 2 abstenções**, com a ausência dos Membros dos Partidos Socialista, Comunista e Bloco de Esquerda, a Senhora D. Isilda Barata não votou. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve solicitações, por parte, dos Cidadãos para intervirem. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezoito horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

A Chefe de Secção,